

Raça, Ciência e Nação: ideais de pureza, mistura e degeneração

Race, Science and Nation: ideals of purity, mixture and degeneration

Raza, Ciencia y Nación: ideas de pureza, mistura y degeneración

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i2.39242>

Carolina de Oliveira e Silva Cyrino

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Pesquisadora do Laboratório Urgente de Teorias Armadas (LUTA), vinculado ao Núcleo de Estudo Afro-brasileiros, Africanos e Indígenas (NEABI-UFRGS). E-mail: carolinacyrino.ufes@gmail.com

Pâmela Marconatto Marques

Possui pós-doutorado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Relações Internacionais, ambos da UFRGS e do Laboratório Urgente de Teorias Armadas (LUTA), vinculado ao Núcleo de Estudo Afro-brasileiros, Africanos e Indígenas (NEABI-UFRGS). E-mail: pmarconatto@gmail.com

José Carlos Gomes dos Anjos

Possui pós-doutorado na École Normale Supérieure de Paris. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, ambos da UFRGS. Colaborador na fundação do curso de Desenvolvimento Rural (Doutorado) na Universidade de Cabo Verde, coordenador do Laboratório Urgente de Teorias Armadas (LUTA), vinculado ao Núcleo de Estudo Afro-brasileiros, Africanos e Indígenas (NEABI-UFRGS). E-mail: jcdosanjos@yahoo.com.br

Apresentação

Assim que detalhes da Revolução Haitiana passaram a circular na França do final do século XVIII, mesmo as elites ditas progressistas, compostas em geral por abolicionistas brancos, começaram a voltar atrás em seu discurso antirracista e antiescravagista. Nem mesmo os abolicionistas teriam comemorado o levante e alguns, inclusive, tomaram-no como prova de que haviam compreendido mal a natureza dos negros e, conseqüentemente, passaram a reavaliá-los. A partir desse momento, passava a não ser de bom tom proclamar a nobreza da raça negra e a barbárie da escravidão nas rodas de intelectuais, e mesmo nos circuitos artísticos considerados vanguardistas em Paris. Refletindo esse cenário, entre 1853 e 1855, Arthur de Gobineau publicou *Essai sur l'inégalité des races humaines*, onde sustentava a derrocada das raças puras e, portanto, a iminência da degeneração, operada pela mistura racial. Estavam lançadas aí as bases do racismo científico, contestado pelo intelectual haitiano Anténor Firmin naquele mesmo período, na obra *De l'Égalité des races humaines*, lançada em Paris em 1885 e ainda hoje muito pouco conhecida. No Brasil, o racismo científico germinou em um contexto semelhante aquele que testemunhou sua emergência na França: o pós-abolição da escravatura, embora com direcionamentos distintos. Aqui, o contexto era o de um país recém proclamado independente, cuja viabilidade frente às elites coloniais deveria ser negociada tendo em vista uma maioria negra, então liberta. Não bastava, nesse contexto, lamentar a degeneração da raça, como Gobineau, era preciso reabilitá-la, salvá-la do ocaso que anunciava. Com esse afã, uma série de tecnologias de construção da divisão racial sobre outras bases passa a ser mobilizada pelas elites em território nacional, tramando medicina, literatura, artes, forças armadas, diplomacia, direito, antropologia e políticas públicas. Como no pós-revolução Haitiana, é a existência de uma maioria negra liberta em territórios até então colonizados que passa a assombrar as elites brancas e gerar respostas singulares voltadas à conservação de privilégios.

Tendo em mente as pistas levantadas, este dossiê *Raça, Ciência e Nação: ideais de pureza, mistura e degeneração*, reuniu trabalhos que escavam esses acontecimentos/processos que possam ser identificados como cúmplices dessas respostas, desde o pós-abolição. Que atores estiveram envolvidos e de que modos singulares produziram conseqüências? Que resistências ou dissidências podem ser rastreadas?

Abrindo este dossiê, tivemos a honra de receber o trabalho do Doutor Elísio Macamo, cosmopolita, nascido em Xai-Xai, capital da província de Gaza, Moçambique, professor da Universidade da Basiléia, na Suíça. *Estudos Africanos como Metodologia das Ciências Sociais*, trata-se da reprodução na íntegra da aula inaugural do Programa de Pós-graduação em Ciências

Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, ocorrida no segundo semestre de 2021. Nas palavras da professora Doutora Adélia Miglievich-Ribeiro, que apresenta esse trabalho, Macamo provoca a reflexão do fazer científico nas ciências sociais, “se a ideia de África mesma é indissociável do processo histórico identificado “colonialismo”, e se este nasceu fora da África, Elísio nos provoca apontando para o paradoxo que é supor que os “estudos africanos” não teriam sido configurados na comunidade de sentido maior, a mesma que inventou a sociologia. Nela, portanto, se dá a disputa das narrativas”.

No segundo artigo, *O que fazer com toda essa gente preta? Racismo científico e cativos do pós-abolição*, apresentamos trabalho de nossa autoria, trazendo a análise de discursos que emergiram como espaço de invenção de teorias científicas a fim de respaldar a ideia de “aperfeiçoamento humano” através da eliminação do seu “componente degenerativo”, no contexto do pós-abolição da Primeira República. Uma população antes escravizada, cuja condição humana estivera cancelada, via-se recém liberta, convivendo com a sociedade livre. O que fazer com toda essa gente preta? Escavamos acervos composto por documentos, manuais e periódicos elaborados pelos médicos João Batista Lacerda e Renato Kehl, que, em que pese suas diferentes abordagens, questionaram o caráter humano da população preta, promoveram cisões entre segmentos racializados e apontaram possibilidades da eliminação gradual de sua expressão genética e/ou cultural simultaneamente genocidas e civilizatórias.

Na sequência, *A universidade e o racismo institucional: trajetórias acadêmicas dos estudantes negros em Coimbra/Lisboa*, Marcus Vinicius Spolle, professor adjunto do curso de graduação em Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, Brasil, tendo atuado como investigador visitante do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, apresenta os resultados do projeto de pesquisa sobre as trajetórias de estudantes negros da Universidade de Coimbra e do Instituto Politécnico de Lisboa. Através da discussão sobre racismo institucional, Spolle identifica que nas narrativas dos alunos entrevistados, as formas de discriminação racial dentro do espaço acadêmico estão travestidas pelo formalismo, pela indiferença e pelo pré-julgamento das capacidades cognitivas dos alunos negros e não portugueses.

Em *Juliano Moreira e a viabilidade da migração dos japoneses para o Brasil*, Fillipe dos Santos Portugal, doutorando em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e Bruno Rodrigues Pimentel, Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ, analisam a primeira parte do livro *Impressões de uma viagem ao Japão em 1928*, que resulta de uma compilação de memórias, conferências e impressões sobre a viagem empreendida ao Japão pelo médico negro Juliano Moreira e sua esposa Augusta Peick Moreira.

Na análise pelos autores, o psiquiatra escamoteou a história da escravidão no país e a ampla presença de pessoas negras na composição da população brasileira. Assim, seguia uma visão “eugênica positiva” que acreditava que os japoneses e suas qualidades, acrescidas de uma intervenção médico científica, poderiam ser assimilados e contribuir racialmente para a construção da nação.

No artigo *Baile de Congos de São Benedito e seus mestres: Tradição cultural, memória e reexistência*, o professor Doutor Osvaldo Martins de Oliveira, do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, e a cientista social e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEAB-UFES) da mesma universidade, Rosa Maria de Oliveira, apresentam resultados de pesquisa etnográfica, com métodos da observação participante, narrativas de vida e trabalho de campo, as memórias e saberes de quilombolas e mestres do Baile de Congos de São Benedito de Conceição da Barra (ES). Em suas palavras, os autores ressaltam que o processo de transmissão das memórias não finda com a morte. Os mestres legitimam sua liderança e transmitem seus saberes sobre o que chamam de tradições, segredos e relações de confiança criadas por seus antepassados. Nesses processos, os mestres são herdeiros de tradições culturais recebidas de seus ancestrais e entendem que suas obrigações são de transmiti-las aos integrantes dos grupos liderados por eles.

No trabalho *A questão da raça no século XIX e no romance Palmares (1885)*, de Joaquim de Paula Souza, Jaqueline Marinho dos Santos, doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Brasil, retorna ao romance Palmares, analisando, à luz da historiografia que estuda o final do século XIX e discute essas teorias no Brasil, compreendendo como um membro da elite de São Paulo percebia os diferentes grupos raciais. A partir de seu trabalho, a autora constrói uma linha argumentativa que identifica a imagem negativa dos negros e dos indígenas e a justificativa do lugar social de cada grupo racial, com os brancos no topo.

Com “*Não há negros na Argentina*”: o mito da homogeneidade racial argentina, Guillermo Orsi, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresenta em seu texto a análise através da combinação aportes historiográficos com entrevistas, a situação do racismo na Argentina a partir do questionamento da concepção popular da homogeneidade racial do país. Seu trabalho parte da provocação ao entendimento do mito da homogeneidade racial, que concebe a Argentina como uma nação constituída fundamentalmente por herdeiros da imigração europeia e branca. Ideia estabelecida ao final do século XIX e fortalecida no início do século XX, mantendo-se até os dias atuais, a

ponto de a principal demanda dos movimentos afro-argentinos no país ser o reconhecimento, quer dizer, a inclusão do autorreconhecimento racial no censo nacional.

Compondo a seção de resenha, *O Presidente Negro: raça, natureza e cultura*, é apresentada por Luis Gustavo de Paiva Faria, mestrando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). A presente resenha, de corte histórico-sociológico, compreende o romance de Lobato, “O Presidente Negro”, como uma elaboração literária do contexto histórico, social e científico de fins do século XIX e início do XX, alinhado aos ideais eugênicos, associando raça, comportamento e desenvolvimento.

Fechando de forma potente nosso dossiê, a entrevista *ANACLETA PIRES DA SILVA: corpo, vida e lutas no e pelo Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA)*, é assinada por Anacleta Pires, Liderança quilombola do território Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru Mirim, Maranhão, Brasil, licenciada em Pedagogia da Terra pela Universidade Federal do Maranhão; Dayanne da Silva Santos, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Julio Itzayán Anaya López, doutorando pelo Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Nesta entrevista, Anacleta narra formas cotidianas de resistir e de existir, e nos mostra como mulheres negras estão desde a margem fazendo o uso político do corpo para existir diante do paradigma da exclusão racial no Brasil e ao mesmo tempo atuarem na linha de frente em defesa da vida.

Os projetos de *nação* resultantes da investida colonial trataram de forjar o ideal de um *lugar de honra*, a partir do qual o que fosse diferente deveria ser classificado, controlado, domesticado, suprimido. Nesses projetos, os corpos racializados tiveram sua humanidade constantemente questionada. Ainda que as práticas pós-abolicionistas no Brasil tenham se valido de um discurso de superioridade, o que passou a estar em jogo no período foi a crescente ameaça aos privilégios brancos e, conseqüentemente, a operacionalização de estratégias de legitimação da não-humanidade desses corpos pretos ou misturados de sangue preto, agora postos na sociedade livre.

O que os textos reunidos neste dossiê fazem emergir como figuras de conjunto é por um lado uma cartografia de uma vontade de poder, essa que se expressa enquanto esforço para o apagamento da presença negra. No artigo encabeçado por Cyrino o que se mapeia é o como paradigmas de aperfeiçoamento da nacionalidade foram formulados, no Brasil do pós-abolição, a partir de propostas de redução étnica progressiva. A noção de “aperfeiçoamento humano” através da eliminação do seu “componente degenerativo” explicitou um projeto científico de apagamento do negro da superfície humana, desejada homogênea, da nação.

A mesma vontade de apagamento pode ainda ser encontrada contemporaneamente em Portugal no modo como os alunos negros e não portugueses, nos espaços acadêmicos são silenciados sob táticas travestidas de formalismo, indiferença e pré-julgamento de suas capacidades cognitivas. Na análise de Marcus Vinicius Spolle nos deparamos com “a invisibilidade dos alunos negros, principalmente quando algum professor não aceita a participação ou menospreza a contribuição na aula dos estrangeiros” negros.

Mas, mesmo um médico negro, muito favorável a imigração japonesa para o Brasil, como Juliano Moreira em sua viagem ao Japão em 1928, e em seus ciclos de conferência naquele país, foi levado a apagar a presença negra em seu país de origem. Sob a cartografia de Juliano Moreira, o Brasil das primeiras décadas do século XX era predominantemente povoado de descendentes de europeus, no “Norte predominavam os de origem portuguesa, no estado de São Paulo predominavam os de origem italiana e no Paraná os poloneses e os italianos. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul destacavam-se os alemães e italianos. Na Bahia, portugueses e espanhóis.” Sob a vontade de atrair imigrantes não-negros, a face africana do Brasil precisa ser sepultada sob camadas de pressupostos eugênicos, mesmo que a partir de uma biografia negra escalada sob muitos esforços numa academia brasileira e europeia em que grassa o eugenismo e o racismo instituído.

O pico desse esforço letrado para apagar o negro poderia ser encontrado na elite paulista do início do século XX. Um de seus representantes, Paula Souza, sob um pretenso “romance nacional histórico”, amalgama negros e indígenas sob uma a natureza exuberante dos trópicos a ponto de fazer desaparecer toda a agência humana. Sob esse apagamento, se erige o branco como a raça capaz sair do entorpecimento vegetativo.

Essa sequência de anulamento da presença negra, talvez encontre sua realização mais acabada no apagamento negro numa Argentina homogeneamente branca, toda ela descendente de europeus, tal como a cara central de Buenos Aires. O apagamento que o artigo de Guillermo Omar Orsi desvela é a periferia de Buenos Aires e a maioria dos Estados do chamado “interior do país”, onde a cor predominante continua sem ser a branca europeia. “Se a Cidade de Buenos Aires estiver principalmente composta por imigrantes e filhos de imigrantes europeus brancos, a Argentina pode ser entendida como uma nação sem negros, índios e mulatos”.

Mas é na ficção de Monteiro Lobato, resenhada por Luis Gustavo de Paiva Faria, que o apagamento do negro pode ser completo. O Presidente Negro: raça, natureza e cultura, poderia ser visto como o contraponto brasileiro da novela de Du Bois¹, em que a solução do problema de cor só se resolve com o fim do mundo. No “caso brasileiro” de Monteiro Lobato a solução final é

¹ Du Bois, W. E. B.; Hartman, Saidiya. O cometa:+ O fim da supremacia branca. Fósforo, 2021.

um experimento científico de apagamento dos traços fenotípicos negros. “O conflito entre as raças não é resolvido pela guerra, mas por uma invenção científica (“raio Ômega”) que efetiva o processo de embranquecimento em todos os seus sentidos. Vencera a eugenia. O choque das raças é evitado. O negro torna-se branco”.

Por outro lado, dois dos textos da coletânea podem ser lidos como o contraponto ao movimento de apagamento e, que são os processos de auto apresentação negra. Osvaldo Oliveira e Rosa Oliveira nos apresentam o Baile de Congos de São Benedito como personagens e lugares de memória e de práticas culturais nos territórios quilombolas do Sapê do Norte. Aqui a dignidade negra é esculpida sobre “tradições, segredos e relações de confiança” transmitidas ao longo de gerações. “A devoção dos pretos a São Benedito está relacionada ao significado compartilhado da cor preta e ao sentimento de pertencimento e confidencialidade étnica” – asseguram-nos os etnográficos, também eles negros, sob uma indisfarçável relação de cumplicidade etnográfica baseada em raça. No quilombo, “desde os seus ancestrais que ali viveram no século XIX, entre as muitas atividades produtivas e celebrativas”, o ser do negro se impõe em que pese a vontade de apagamento branco.

Já na poderosa entrevista de Anacleta Pires da Silva, a mulher negra se apresenta rasgando a vontade de apagamento de uma universidade excessivamente branca em sua episteme. A pedagoga quilombola toma a palavra e denuncia o lugar que a “mulher negra ainda hoje ocupa, um lugar na produção de conhecimento, um lugar ainda de recusa, um lugar de silenciamento”. Anacleta se posiciona como mulher, quilombola e pedagoga, articula um lugar de enunciação e estende um convite as lutas coletivas de “contraposição do projeto da morte porque a mulher é a base vital do ser humano, ela que é a base vital. Ela precisa estar se reafirmando nessa contraposição dessa violência e dessa desigualdade tão maléfica e perversa no Brasil e na América Latina”.

Onde encontraríamos a chave epistemológica de leitura para essa contraposição entre, por um lado, o apagamento, por outro a autoafirmação negra? – obviamente, no artigo de abertura, em que Macamo traça as possibilidades dos Estudos Africanos como metodologia das ciências sociais. Macamo nos lembra que “só aqueles fenômenos sociais que se constituem nas margens do mundo familiar e que, portanto, dificilmente se recuperam sem a sua inscrição num registo que potencialmente os desfigura, é que constituem um desafio ao próprio conhecimento. Por causa disso mesmo, o estudo desses fenômenos nunca pode ser a sua descrição, nem mesmo crítica, mas sim a reflexão sobre as condições de possibilidade de qualquer que seja o estudo”. É sob essa insígnia que organizamos este dossiê. Após uma longa elaboração sobre o lugar da África nos estudos africanos, seu lugar de objeto construído sob grades epistêmicas coloniais,

Macamo se volta para o Brasil para encontrar no Afro-brasileiro “uma criação do comércio de escravos, que” se constitui na melhor ideia do Brasil. Contra o pano de fundo do apagamento, destacamos a melhor ideia do Brasil: Anacleto e o Baile de Congos de São Benedito.

Esperamos que este dossiê contribua para intensificar as reflexões sobre continuidades coloniais e desvios insurgentes, invenções e resistências anticoloniais no Brasil pós-abolição, oferecendo novos insumos para que esse debate se concretize como incontornável às ciências sociais produzidas aqui.